

DIFERENÇAS RELIGIOSAS NO COTIDIANO ESCOLAR – 15 ANOS DA LEI 10639/03 E 130 ANOS DA ABOLIÇÃO DA ESCRAVIDÃO

Renato Alves de Carvalho Junior
Cristiano Sant'Anna

UERJ/PROPED - renatohistoriauff@gmail.com
UERJ/PROPED – cs-mdedeiros@uol.com.br

Resumo:

Essa pesquisa, partindo das premissas dos estudos nos/dos/com os cotidianos, redes educativas e processos culturais, objetivou observar os desdobramentos do racismo religioso no ambiente escolar, a partir da aplicação da Lei 10639/03 – que prevê o ensino de história e cultura africana e afro brasileira nas escolas públicas e particulares, de ensino fundamental e médio – e tendo como contexto histórico os 130 anos da abolição da escravatura. De que maneira práticas pedagógicas balizadas pela lei supracitada podem erradicar o racismo religioso? Como os alunos se relacionam com o racismo e a intolerância religiosa *dentrofora* da escola e a partir de suas redes? Nossas análises partem de relatos e conteúdos compartilhados em redes sociais, como o Facebook, por alunos da rede pública do Rio de Janeiro, para tentar refletir sobre essas e outras questões. A interface do campo de pesquisa se dá através do diálogo com a tese de doutorado já concluída: *#DIFERENÇA: pensando com imagens dentrofora da escola*¹.

Palavras-chave: Racismo, Candomblé, Imagens.

Introdução

“Se a escola excluir os alunos de candomblé, a escola não merece nenhum respeito!”

Beata de Yemojá

As palavras da sacerdotisa Beatriz Moreira da Costa, a saudosa e eterna Mãe Beata de Yemojá, revelam a triste realidade de muitas escolas brasileiras. A escola como um local de construção de conhecimento e reflexão, por diversas vezes serve de púlpito para o proselitismo religioso e obscurantismo por parte daqueles que deveriam cultivar as sementes de um futuro melhor. Lamentavelmente, as escolas, sobretudo públicas, se encontram como um dos ambientes de maior proliferação da intolerância e do racismo religioso.

¹ Disponível em www.proped.com.br

Segundo a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal, os professores ocupam atualmente o 4º lugar na tabela dos maiores agressores quanto ao crime de intolerância religiosa. (NASCIMENTO, M^a. G. e outros. *Intolerância Religiosa no Brasil*. Rio de Janeiro: Kline, 2017).

A pesquisadora Stela Caputo, em sua obra *Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé*, denuncia o racismo religioso que afeta fortemente os praticantes das religiões de matriz africana. Os saberes ancestrais, que nos terreiros são motivo de orgulho, na escola são desvalorizados e alimentam o preconceito e a intolerância. Nas palavras da autora:

(...) nas comunidades de terreiros existem inúmeras crianças e adolescentes. Elas ou são da família do pai ou mãe de santo ou estão ligadas aos filhos e filhas de santo dos terreiros. Assim como os adultos, essas crianças são iniciadas no candomblé, desempenham funções específicas, recebem cargos na hierarquia dos terreiros e manifestam orgulho de sua religião. Na escola, porém, essas crianças e adolescentes são invisibilizadas, silenciadas e discriminadas. Com a aprovação da lei de Ensino Religioso a situação se agravou ainda mais. A invisibilidade e o silêncio a que submetem essas crianças e adolescentes aumentaram. (Caputo, 2012, p. 33)

É importante ressaltar que a manutenção do racismo no Brasil é consequência direta de séculos de escravidão e violências contra a população africana e afrodescendente, base para a formação do povo brasileiro. A presença africana no Brasil sempre foi uma questão. O discurso favorável a escravização dos negros foi sustentado por pressupostos econômicos e até mesmo religiosos, visto que, a Igreja Católica por muito tempo categorizou africanos e seus descendentes como seres bestiais, desalmados e cultuadores de demônios. Posteriormente, em meio aos avanços tecnológicos e teóricos do século XIX as teorias racistas do período nortearam a substituição do trabalho escravo pelo trabalho imigrante assalariado numa perspectiva de embranquecimento da sociedade brasileira. Atualmente, a carência de políticas públicas de reparação do racismo afeta diversas áreas, com destaque para o ambiente escolar.

Pensando em diferenças religiosas

Partindo de fragmentos da pesquisa de doutorado já citada no nosso resumo (#DIFERENÇA), onde propomos pensar as diferenças na escola através de imagens compartilhadas pelas redes dos alunos do terceiro ano do Ensino Médio, do Colégio Estadual Abdias Nascimento, em Nova Iguaçu, Baixada Fluminense/RJ, traremos a seguir, para o nosso diálogo, a imagem selecionada para discutir a diferença religiosa:



Para imagem acima o aluno G postou: Queria postar essa imagem sobre diferenças de religião. Que por mais que cada um siga a sua, devemos aprender a respeitar cada vez mais o nosso próximo. Deus nos amou. Isso já basta. Cada logotipo dessa imagem representa uma religião. E nem todos respeitam um a religião do outro, sendo que as vezes essas supostas pessoas esquecem que somos todos iguais.

O aluno E comentou: Muito boa imagem sobre muitas religiões, ele na legenda mesmo já cita um exemplo de religiosidade. Quando cita Deus e diz que ele ama a todos. Já fica a dúvida, mas existem muitos deuses no contexto da imagem. Então pensei, todos eles nos amam igual ou diferentemente?

O aluno F comentou: A imagem foi chamativa, pois no meu caso não conheço todas, mas sei que todas elas tem o mesmo fundamento e o mesmo objetivo, mesmo sendo diferentes as formas de compreensão sobre elas.

Essa foi a única imagem que remeteu e nos faz pensar sobre a diferença religiosa com diversas religiões existentes na nossa sociedade.

Se observarmos os comentários, iremos encontrar as mesmas ideias de tolerância e respeito mútuo entre as diferentes religiões e seus dogmas, com a noção de que o amor de “deus” é para todos, que vivemos ou precisamos viver em harmonia.

Nos comentários dos estudantes, não houve menção ou denúncia do que observamos no nosso cotidiano, ou seja, dos mais variados conflitos religiosos existentes aqui no nosso país e nos diversos países mundo afora. Palco de disputas e guerras sangrentas, vide os atentados contra templos de matriz africana que assolaram intensamente o Estado do Rio de Janeiro, em fins de 2017.

Podemos compreender que o silenciamento das discriminações, seja religiosa ou não, possa contribuir para a sua desqualificação. Por isso entendemos a importância da denúncia. Atualmente o estado do Rio de Janeiro vem protagonizando, através da Secretaria de Direitos Humanos, um trabalho de mapeamento e denúncias aos crimes de ódio de naturezas distintas. Profissionais de diversas áreas atuam na elaboração de estratégias para o combate ao racismo, a intolerância religiosa, a homofobia e a violência contra a mulher².

No nosso país, acompanhamos de perto a evolução de uma onda conservadora. Essa onda conservadora na política é resultado da influência de grupos religiosos cristãos, principalmente de setores das igrejas evangélicas³ que querem dominar os *espaçostempos* de poder, conforme sua ideologia e seus dogmas, para além dos *espaçostempos* das igrejas.

Nesse entendimento, podemos observar que as religiões de matriz africana⁴, ou afro-brasileiras⁵, tais como a Umbanda⁶ e o Candomblé⁷, são as mais atingidas, e mais discriminadas cotidianamente, com ataques ferozes das igrejas conhecidas como evangélicas.

² Ver mais em <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2018-04/escolas-da-rede-publica-do-rio-incluirao-acoos-sobre-intolerancia>

³ Protestantismo é, ao lado do Catolicismo, um dos grandes ramos do Cristianismo. O nome “protestante” provém dos protestos dos cristãos do século XVI contra as práticas da Igreja Católica. Em alguns países, especialmente no Brasil, o termo “protestante” é substituído por “evangélico”, retirando a conotação polêmica da palavra e dando uma característica mais positiva e universal. Para os protestantes, a salvação é dada através da graça e bondade de Deus, na qual cada pessoa pode se relacionar diretamente com seu Criador, sem a necessidade de um intermediário; diferentemente da fé católica, a qual diz que o único método de se obter a salvação é através dos sacramentos e rituais para purificação da alma feitos através de pessoas santificadas (padres, bispos, etc.). Os protestantes defendem a crença de que a única autoridade a ser seguida é a Palavra de Deus, presente na Bíblia Sagrada. Desta forma, através da ação do Espírito Santo, os cristãos, ao lerem a Bíblia, têm uma maior harmonia com Deus. Por esse motivo, a partir da Reforma Protestante, a Bíblia foi traduzida para diversas línguas e distribuída sem restrições para as pessoas. O protestantismo pode ser subdividido em ramos, como o luteranismo, calvinismo, anglicanismo, etc. Atualmente, costuma-se classificar as igrejas protestantes em pentecostais e neopentecostais. (<http://brasilecola.uol.com.br/religiao/protestantismo.htm>)

⁴ Religiões que tem a base filosófica e teológica, as religiões tradicionais do continente africano.

⁵ A que me refiro quando falo de religiões afro-brasileiras? Berkenbrock (1997) esclarece que, do ponto de vista histórico a África é o campo de **origem**, e o Brasil, o campo de desenvolvimento das religiões afro-brasileiras. Religiões africanas, de acordo com ele, formam a base a partir da qual se desenvolveram essas religiões no Brasil. Esse desenvolvimento posterior, explica, é influenciado por diversos fatores, tanto de outras religiões (cristianismo, religiões indígenas, espiritismo), como influências contextuais (situações de escravidão, proibição de prática de religiões africanas, falta de pessoas iniciadas/formadas, etc.). (CAPUTO, 2012, p.41)

⁶ A Umbanda é uma religião brasileira que sintetiza vários elementos das religiões africanas e cristãs, porém sem ser definida por eles. Formada no início do século XX no sudeste do Brasil a partir da síntese com movimentos religiosos como o Candomblé, o Catolicismo e o Espiritismo. (<https://pt.wikipedia.org/wiki/Umbanda>)

Entendemos que essas religiões, quer seja Umbanda ou Candomblé, provenientes dos grupos africanos que chegaram ao Brasil no processo da maior diáspora forçada do mundo, o tráfico de escravos⁸, tem toda essa discriminação por ser uma religião proveniente de negros escravizados, que por estratégias de poder e de dominação foram considerados inferiores por sua cor de pele, seu continente, sua cultura e seu modo de relacionar-se com o divino e sua ancestralidade, se contrapondo à religião hegemônica, inicialmente o catolicismo⁹ e contemporaneamente também com os evangélicos, como já mencionamos.

Hoje, muitas denúncias são feitas e compartilhadas nas redes sociais da internet sobre a destruição de terreiros¹⁰, como são conhecidos os templos das religiões de matriz africana.

A perseguição às religiões de matriz africana ou religião dos negros, que aqui denominamos racismo religioso, não é algo novo nem recente na nossa história. No passado, no processo de colonização do país e no período do império, os negros não tinham direito de professar a sua fé e cultuavam seus ancestrais e Orixás¹¹ clandestinamente. Aos negros era negado o direito de professar a sua fé.

A religião católica foi a religião oficial do nosso país durante muitos anos e mesmo no pós abolição da escravatura¹², da proclamação da república¹³ e da promulgação da constituição de 1891, que separava o estado e a igreja, tornando o país laico, as religiões de matriz africana não tinham liberdade de culto e eram consideradas crime no Código Penal Brasileiro¹⁴ até o ano de 1940.

⁷ Religião animista, original da região das atuais Nigéria e Benin, trazida para o Brasil por africanos escravizados e aqui estabelecida, na qual sacerdotes e adeptos encenam, em cerimônias públicas e privadas, uma convivência com forças da natureza e ancestrais. O candomblé é uma religião africana trazida para o Brasil no período em que os negros desembarcaram para serem **escravizados**. Nesse período, a Igreja Católica proibia os rituais africanos e ainda tinha o apoio do governo, que julgava o ato como criminoso, por isso os **cativos** cultuavam seus Orixás, Inquices e **Voduns**, **em certas ocasiões**, omitindo-os em santos católicos.

⁸ O [tráfico negreiro](#) para o [Brasil](#) refere-se ao período da [história](#) em que houve uma [migração](#) forçada de [Africanos](#) para o Brasil de meados do [século XVI](#) até meados do [século XIX](#). Africanos, [portugueses](#), [holandeses](#), [ingleses](#) e [brasileiros](#) dominaram um [comércio](#) que envolveu a movimentação de mais de 3 000 000 de pessoas.

⁹ O catolicismo é uma das mais expressivas vertentes do cristianismo e, ainda hoje, congrega a maior comunidade de cristãos existente no planeta. Segundo algumas estatísticas recentes, cerca de um bilhão de pessoas professam ser adeptas ao catolicismo, que tem o Brasil e o México como os principais redutos de convertidos. De fato, as origens do catolicismo estão ligadas aos primeiros passos dados na história do cristianismo. O catolicismo é uma das mais expressivas vertentes do cristianismo e, ainda hoje, congrega a maior comunidade de cristãos existente no planeta. Segundo algumas estatísticas recentes, cerca de um bilhão de pessoas professam ser adeptas ao catolicismo, que tem o Brasil e o México como os principais redutos de convertidos. De fato, as origens do catolicismo estão ligadas aos primeiros passos dados na história do cristianismo. (<http://brasilescola.uol.com.br/religiao/catolicismo.htm>)

¹⁰ Os rituais do candomblé são realizados em templos chamados casas, roças ou terreiros que podem ser de linhagem matriarcal (quando somente as mulheres podem assumir a liderança), patriarcal (quando somente homens podem assumir a liderança) ou mista (quando homens e mulheres podem assumir a liderança do terreiro).

¹¹ Os orixás, para o candomblé, são os deuses supremos. Possuem personalidade e habilidades distintas, bem como preferências ritualísticas. Estes também escolhem as pessoas que utilizam para incorporar no ato do nascimento, podendo compartilhá-lo com outro orixá, caso necessário.

¹² Data da abolição da escravatura no Brasil: 13 de maio de 1888

¹³ Data da proclamação da república: 15 de novembro de 1889

¹⁴ Código Penal Brasileiro de 1890

Salientamos que historicamente também tivemos um retrocesso no que podemos entender da relação estado-igreja, que teve de volta sua aproximação com a Igreja católica oficialmente, nas constituições de 1934, 1946 e 1967/1969, essa última, no período da ditadura militar.

Mesmo com os avanços da democratização com a Constituição Federal de 1988 em com a garantia de direitos e à ampliação do rol de direitos humanos, a atual Constituição reverencia Deus em seu Preâmbulo; dispõe sobre a colaboração entre as religiões e o Estado em ações de interesse público; concede imunidade tributária a templos de qualquer culto; prevê o ensino religioso confessional nas escolas públicas; mantém o casamento religioso com efeitos civis; concede à família proteção especial etc.

Além disso, queremos ressaltar que em novembro de 2008, o Estado brasileiro assinou um Acordo Bilateral com a Santa Sé, concedendo uma série de prerrogativas à Igreja Católica no Brasil. O acordo em questão foi aprovado pelo Congresso Nacional brasileiro e significa um maior lenitivo na separação Igreja/Estado no Brasil. Entendemos que para a consolidação da democracia e do estado laico de direito, a concessão de maior caráter público e publicização de uma religião em detrimento de outras denominações religiosas deveria ser cerceada.

Atualmente a lei 11.635 referendada em 27 de dezembro de 2007 pelo ex Ministro da Cultura e cantor Gilberto Gil e sancionada pelo ex Presidente da República, Luís Inácio Lula da Silva, estabeleceu o dia 21 de janeiro como o dia Nacional de Combate a Intolerância Religiosa. Aponta-se como provável causa da escolha por essa data, o aniversário de falecimento da Mãe Gilda de Ogum, mãe-de-santo que sofreu um infarto fulminante após ver seu nome e imagem atrelados a uma matéria do Jornal “Folha Universal”, de propriedade da Igreja Universal do Reino de Deus, em uma matéria intitulada “Macumbeiros charlatões lesam o bolso e a vida dos clientes” e ter seu terreiro invadido por fiéis neopentecostais.

Recentemente circularam nas redes sociais da internet denunciando casos de intolerância religiosa contra terreiros e seus adeptos, sempre associadas a praticantes de igrejas evangélicas como os responsáveis por estes atos também denominados de “traficantes evangélicos”.

As religiões de matriz africana são comumente associadas a valores negativos como “religião do sujo”, “religião do diabo” e seus adeptos atacados como “filhos do diabo” para desvalorizarem a sua fé.

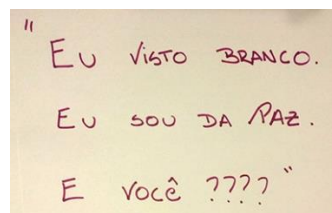
Em 25 de agosto de 2014 um estudante de uma escola pública da rede municipal do Rio de Janeiro foi impedido de entrar na escola pela direção, pois estava com as contas da sua iniciação no pescoço, além de bermuda branca e boné branco na cabeça¹⁵.



Outro caso de grande repercussão aqui no Rio de Janeiro foi de uma menina de onze anos, praticante do candomblé, que foi atingida por uma pedra na cabeça por estar vestida com suas roupas brancas do culto na rua¹⁶, próximo ao terreiro que frequenta e que sua avó é a dirigente ou mãe de santo. O que chamou a atenção foi que eles começaram a levantar a Bíblia e a chamar todo mundo de ‘diabo’, ‘vai para o inferno’, ‘Jesus está voltando’”, afirmou a avó da menina, Káthia Marinho.



Após a repercussão do caso, no Facebook, a avó de Kayllane Campos iniciou uma campanha contra a intolerância religiosa publicando fotos de candomblecistas, umbandistas e simpatizantes, segurando um cartaz com a frase “Eu visto branco, branco da paz, sou do Candomblé, e você?”



¹⁵Para saber mais: <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2014-09-02/aluno-barrado-por-usar-guias-de-candomble-muda-de-escola.html>

¹⁶ Para saber mais - <http://odia.ig.com.br/noticia/rio-de-janeiro/2015-06-16/intolerancia-religiosa-leva-menina-a-ser-apedrejada-na-cabeca.html>

Mais um caso recente, foi também de uma menina que foi chamada pelo motorista de ônibus de macumbeira pois estava vestida com sua roupa branca e contas no pescoço.



Casos como estes mostrados aqui, e tantos outros, ratificam o preconceito e a discriminação que as religiões de matriz africana vem sofrendo com o avanço dessa onda conservadora que observamos e denunciemos aqui.

Algumas reflexões sob o pretexto de uma conclusão

O ano de 2018 é um marco importante para os debates supracitados, pois marca os 130 anos da abolição da escravatura; os 30 anos da Constituição Federal de 1988 e os 15 anos da Lei 10.639/03. Nesse contexto, é importante lançarmos algumas reflexões: até que ponto a população afrodescendente se tornou realmente livre a partir de 1888? A Carta Magna de 1988 é “cidadã” para quem? Será que nossos docentes utilizam práticas pedagógicas que valorizam os saberes afro indígenas?

Conforme já mencionamos no início do nosso texto, a pesquisadora Stela Caputo vem denunciando esses casos de preconceito, discriminação e intolerância religiosa ao longo de mais de vinte anos da sua pesquisa, principalmente com crianças de candomblé. Em seu livro várias crianças relatam a discriminação que passaram, principalmente na escola, por conta de sua opção religiosa.

Compartilhamos com a pesquisadora que a discriminação de crianças e jovens praticantes de religião de matriz africana não tem seu início na escola, mas é nela que há ratificação desse preconceito, principalmente quando existe a disciplina de ensino religioso.

Podemos observar que esta disciplina é lecionada majoritariamente por professores católicos e evangélicos, compreendemos assim, que o proselitismo se instaura nessas aulas com leitura de bíblia e livros cristãos.

(...) a escola, ao discriminar o candomblé, contribui ainda mais para aumentar a dificuldade de identificação positiva de alunos(as) negros(as) com a escola. A hipótese que vou erguendo é que essa situação de discriminação não foi inventada pelo Ensino religioso, mas, sem dúvida, aumentou depois de sua aprovação. (Caputo, 2012, p.208)

Em reuniões e Fóruns do Ensino Religioso, que acompanhamos, alguns professores diziam que não eram proselitistas em suas aulas, que estas eram pautadas em ensinar valores. Mas, até mesmo quando professores diziam que ensinavam “valores”, me vinha o questionamento: Que valores são esses? Valores cristãos??

Mais uma vez, Caputo corrobora com nosso pensamento:

A discussão, portanto, é ampla, imensa, gigantesca. Não quero esgotá-la aqui. No entanto, a partir da fala da coordenadora que diz que o Ensino religioso “passa valores”, é preciso que sigamos questionando: Que valores são esses? Que práticas humanas são reconhecidas pela escola? Que conjunto de normas? De traços culturais? Quem tem o poder de indicar o que é valorado pela escola e o que não é? (Caputo, 2012, p.213)

Entendemos que o Ensino Religioso nas escolas públicas tem reforçado o preconceito racial e a intolerância religiosa, principalmente com os adeptos das religiões de matriz africana.

Salientamos que muito embora a liberdade religiosa tem respaldo constitucional com legislação específica como já citamos, e realidade é outra. Diariamente observamos atos de preconceito religioso, num nível assustador e alarmante com o desrespeito e o preconceito aos candomblecistas e umbandistas.

Como podemos observar, estamos distantes do que se diz respeito à liberdade religiosa que todo cidadão brasileiro, quer seja adepto das religiões de matriz africana ou não, tem como direito

garantido por lei. A questão da intolerância religiosa é tão potente na nossa contemporaneidade, que o tema da redação do ENEM/2016¹⁷ foi sobre intolerância religiosa circulando nas redes sociais da internet como mostra a imagem a seguir:



Trazer à tona para toda população brasileira, através de um exame nacional ligado à educação, um tema como este, reforça que precisamos discutir e combater os preconceitos advindos dessa relação. É na escola onde as diversas redes se encontram e se entrecruzam por isso se torna mais que necessário essa discussão e o combate.

Nessa tessitura, pensar em diferença religiosa não é somente entender que todas as religiões precisam conviver nos diversos *espaçostempos* em harmonia e sem conflitos, num estilo “paz e amor”, mas principalmente denunciar os preconceitos e intolerâncias que todos os dias insistem em acontecer e que geram ódio e morte em detrimento das disputas de poder, das relações hegemônicas e contra hegemônicas alicerçadas numa identidade religiosa cristã, forjada como dominante.

É importante ressaltarmos que as religiões vão muito além de um conjunto de ritos, elas representam visões de mundo e reflexões a respeito de temas variados como vida, morte, reencarnação, relação com a natureza, ancestralidade, aborto, uso de drogas, entre outros. O cristianismo, por mais que seja hegemônico no Brasil e em outras regiões, é apenas mais uma entre as várias visões de mundo existentes. Tal fato é amplamente observado no ambiente escolar, tanto pelo proselitismo denunciado ao longo do texto quanto pela abordagem de alguns temas.

¹⁷ Exame Nacional do Ensino Médio, que é requisito para acesso as universidades federais e ao PROUNI

No conteúdo de história trabalhado na educação básica, por exemplo, temas transversais ao Cristianismo recebem bastante atenção dos materiais didáticos, tais como: o teocentrismo da Idade Medieval; a Reforma Protestante; e o papel dos jesuítas no Brasil. Dessa maneira, respondendo a questão levantada no início do texto, a necessidade de práticas pedagógicas que valorizem os saberes ancestrais, afroindígenas e quilombolas é imprescindível para a consolidação de uma pedagogia antirracista. Um novo olhar sobre a África e as africanidades, a valorização dos etnosaberes e a consolidação de uma escola laica são os pressupostos necessários para a consolidação da lei 10.639/03 e da erradicação do racismo, a partir do ambiente escolar.

Referências

CANAU, Vera M. Multiculturalismo e educação: desafios para a prática pedagógica. In: MOREIRA, Antonio F.; CANAU, Vera M.(Orgs.). Multiculturalismo: diferenças culturais e pedagógicas. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008, p.13-35.

CAPUTO, Stela Guedes. Educação nos terreiros e como a escola se relaciona com crianças de candomblé. Rio de Janeiro: Ed. Pallas, 2012.

DELEUZE, Gilles. A lógica do sentido. São Paulo: Perspectiva, 1982

FONSECA, Denise Pini Rosalem da; GIACOMINI, Sonia Maria. Presença do Axé: Mapeando terreiros no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio, 2013.

FOUCAULT, Michel. Em defesa da sociedade. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Classe, Raças e Democracia. São Paulo: Editora34, 2002.

JAGUN, Márcio de. Yorùbá; Vocabulário temático do candomblé. 1 ed. – Rio de Janeiro: Litteris, 2017.

NABUCO, Joaquim. Minha formação. São Paulo: Editora 34, 2012.

SANT'ANNA, Cristiano. #DIFERENÇA: pensando com imagens dentrofora da escola. Tese de doutorado, Proped/UERJ, 2017. Disponível em www.proped.pro.br